

PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALAR

INFORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAS DE CONTAS

30/06/2021



Torres Vedras
Câmara Municipal



INFORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Introdução

1. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre-nos apresentar informação sobre a situação económica e financeira do “Município de Torres Vedras” (Município) no final do primeiro semestre de 2021.

Responsabilidades

2. O Município não tem obrigação legal de preparar demonstrações financeiras intercalares (semestrais), pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte o balancete analítico e os mapas de execução orçamental reportados a 30 de junho de 2021, preparados pelo Município.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame da referida informação financeira. O presente relatório não constitui um parecer de auditoria, tratando-se apenas duma informação sobre a situação económica e financeira do Município no final do primeiro semestre de 2021, tal como requerido pela norma legal acima mencionada.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma base aceitável para a prestação da referida informação e foi efetuado e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu principalmente na:
 - Análise do cumprimento das disposições legais;
 - Análise dos registos contabilísticos;
 - Análise de rácios;
 - Revisão sumária das principais rubricas que compõem a informação económica e financeira; e
 - Comparação dos valores orçamentados com os valores executados.



5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão da seguinte informação sobre a situação económico-financeira do Município no final do primeiro semestre de 2021.

Resultado do período

6. No final do primeiro semestre de 2021 o balancete analítico do Município evidencia um lucro de cerca de 1,150 m€, conforme resulta do seguinte quadro:

<i>Rendimentos</i>	<i>Valor</i>
Impostos, contribuições e taxas	12,890,158
Prestações de serviços e concessões	298,699
Transferências e subsídios correntes obtidos	9,746,521
Outros rendimentos	2,423,201
	<u>25,358,580</u>
<i>Gastos</i>	<i>Valor</i>
Transferências e subsídios concedidos	5,250,807
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1,876,644
Fornecimentos e serviços externos	4,790,218
Gastos com o pessoal	9,681,530
Gastos de depreciação e de amortização	1,999,985
Outros gastos	609,797
	<u>24,208,979</u>
	<u>1,149,600</u>
Resultado líquido do exercício	1,149,600

Os montantes das rubricas “Outros rendimentos” e “Gastos de depreciação e de amortização” no quadro acima estão sujeitos aos efeitos decorrentes da conclusão do processo de inventariação dos imóveis de domínio público e do processo de ajustamento das vidas úteis dos edifícios e outras construções do Município em conformidade com o previsto no Classificador Complementar 2, constante do Capítulo 7 do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, tal como resulta das nossas reservas constantes da Certificação Legal das Contas referente às demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2020, emitida em 16 de junho de 2021.

Análise do equilíbrio financeiro

7. De acordo com os registos contabilísticos acima referidos, o indicador de solvabilidade (Património Líquido / Passivo), calculado com base num balanço preparado a partir do balancete acima referido, apresenta um valor de 443%, o que representa uma boa capacidade do Município solver os seus compromissos a médio e longo prazo.



O indicador de autonomia financeira (Património Líquido / Ativo) apresenta um valor de 82%, o que representa uma razoável cobertura de financiamento do ativo pelos fundos próprios do Município.

O indicador de liquidez geral (Ativo Corrente – Passivo Corrente) apresenta um valor de 346% o que representa uma boa capacidade do Município solver os seus compromissos de curto prazo de acordo com a respetiva exigibilidade.

Todavia, os valores indicados devem ser lidos com as limitações decorrentes das matérias descritas no último parágrafo do ponto anterior.

Análise da dívida total

8. De acordo com o mapa abaixo, a dívida total do Município à data de 30 de junho de 2021, excluindo dívidas não orçamentais, atingia o montante de 20 498 287 euros (neste cálculo entrou-se em linha de conta com as contribuições de entidades relevantes para o limite da dívida total, decorrentes da integração pelo Município de associações de municípios e entidades intermunicipais, embora estes valores não tenham sido por nós analisados).

Dívidas a terceiros a médio e a longo prazo	9.885.192
Dívidas a terceiros a curto prazo	<u>7.504.855</u>
	17.390.047
Dívidas não orçamentais	-170.286
Contribuições de entidades relevantes	<u>3.278.526</u>
	<u><u>20.498.287</u></u>

Tendo em conta o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite de dívida total do Município para 2021 ascende a 31 371 236 euros (excluindo dívidas não orçamentais), pelo que no final do primeiro semestre o Município dispõe de uma margem de endividamento no montante de 10 872 950 euros.

Execução orçamental

9. De acordo com os Mapas de Execução Orçamental, à data de 30 de junho de 2021, o Município havia cobrado uma receita total de 30 643 m€, à qual correspondia uma despesa total de 27 820 m€.



Desagregando estes montantes, importa referir o seguinte:

As receitas correntes (24 602 m€) correspondiam a 48,23% do total anual orçamentado o que, numa base de linearização da correspondente arrecadação de fundos, significa uma boa execução orçamental durante o período.

Já no que respeita às receitas de capital (6 041 m€) verifica-se que as mesmas correspondem a 28,82% do total anual orçamentado, o que revela uma reduzida execução orçamental.

Na sua globalidade a execução da receita correspondeu a 42.57% do respetivo montante anual orçamentado.

No que se refere às despesas correntes (20 939 m€) verifica-se que as mesmas correspondem a 39,05% do respetivo total anual orçamentado o que, igualmente numa base de linearização da saída de fundos, significa uma razoável execução orçamental no período.

Quanto às despesas de capital (6 881 m€), verifica-se que as mesmas correspondem a 26,79% do total anual orçamentado, o que revela uma reduzida execução orçamental.

Na sua globalidade a execução da despesa correspondeu a 35,08% do respetivo montante anual orçamentado.

Massamá, 9 de agosto de 2021

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)